



08 DE ABRIL DE 2015

Quarta-feira

- CÂMARA APROVA URGÊNCIA E DEVE VOTAR LEI DA TERCEIRIZAÇÃO NESTA QUARTA-FEIRA
- SHELL COMPRA DA BRITÂNICA BG GROUP POR US\$ 70 BILHÕES
- POLÍCIA E MANIFESTANTES ENTRAM EM CONFRONTO NO CONGRESSO EM PROTESTO CONTRA LEI DE TERCEIRIZAÇÃO
- CEPAL CORTA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA POR CONTRAÇÃO NO BRASIL
- TRABALHADORES DA LATAM NO CHILE DECIDEM POR GREVE APÓS FRACASSO EM NEGOCIAÇÕES
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ RECUA 15%
- ANFAVEA REFAZ PROJEÇÕES APÓS QUEDA DE 16,8% NA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS
- INFLAÇÃO SOBE PARA 1,32% EM MARÇO, A MAIOR TAXA PARA O MÊS EM 20 ANOS
- SENADO APROVA VALIDAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS DE ESTADOS
- VOTORANTIM PREVÊ APORTES DE R\$ 600 MILHÕES EM VAZANTE
- VENDAS DE AUTOMÓVEIS REGISTRARAM ALTA DE 26,2% NO MÊS PASSADO
- METALÚRGICOS DA FORD REJEITAM GREVE EM TAUBATÉ
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS RECUA 7% EM MARÇO
- INFLAÇÃO EM 12 MESES CHEGA A 8,13%, A MAIOR DESDE DEZEMBRO DE 2003
- TERNIUM PODERÁ CONTESTAR RESULTADO DA AGE DA USIMINAS E ACIRRAR CONFLITO
- ITAÚ REDUZ PROJEÇÃO DO PETRÓLEO PARA US\$ 65 E DO MINÉRIO PARA US\$ 52,5
- CHINA PLANEJA SUBSIDIAR MINERADORAS DE MINÉRIO DE FERRO APÓS QUEDA NOS PREÇOS
- COBRE EM ALTA E MINÉRIO DE FERRO EM BAIXA PODEM RENOVAR INTERESSE DA GLENCORE POR RIO TINTO

- IPEA PREVÊ INVESTIMENTO DE R\$ 30 BILHÕES EM TRANSPORTES EM 2015
- INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS PEDE A REDUÇÃO DE JUROS E IMPOSTOS
- ANEEL APROVA REAJUSTES DE ATÉ 32% EM TARIFAS DE ENERGIA EM SEIS ESTADOS
- DÓLAR CAI E CHEGA A R\$ 3,07 APÓS DADO DE INFLAÇÃO SUPERIOR A 8% EM 12 MESES
- PESQUISA REVELA EXTENSÃO DA CRISE NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA
- EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS CRESCE EM VOLUME, MAS CAI EM VALOR
- DEPUTADOS APROVAM URGÊNCIA PARA PROJETO DA TERCEIRIZAÇÃO; VOTAÇÃO SERÁ NESTA QUARTA
- DECISÃO CONTRA EMPRESAS TAMBÉM PODE SER REVISTA
- ESPECIALISTAS CRITICAM MUDANÇAS EM REGRAS TRABALHISTAS POR MEIO DE MEDIDAS PROVISÓRIA
- CURITIBA REGISTRA A 3ª MAIOR INFLAÇÃO DO PAÍS EM MARÇO
- INDÚSTRIA CRESCEU EM APENAS QUATRO ESTADOS NO BIMESTRE.
- PARA FIESP, O PRINCIPAL É QUE TRIBUTOS NÃO SUBA
- Indicadores da FGV que avaliam tendência do mercado de trabalho pioram em março

CÂMBIO Em 08/04/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,085	3,086
Euro	3,337	3,339

Fonte: BACEN

Câmara aprova urgência e deve votar lei da terceirização nesta quarta-feira

08/04/2015 - Fonte: Reuters

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira o regime de urgência para o projeto de lei que regulamenta a terceirização de trabalhadores, tema polêmico que conta com a oposição do PT e de alguns sindicatos e que levou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a pedir alterações no texto por temores com a queda de arrecadação dos tributos trabalhistas.

A apreciação da matéria, tratada como prioridade pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), será iniciada nesta quarta-feira, depois que a pauta foi liberada na

terça com a votação de uma medida provisória que estava trancando as votações, informou a Agência Câmara Notícias.

Segundo a agência, a proposta começará a ser discutida nesta quarta pela manhã e deve ir a voto à noite.

O projeto de lei que regulamenta a terceirização permite que empresas contratem trabalhadores terceirizados para exercer qualquer função na companhia, e não apenas para a chamada atividade-meio, como ocorre atualmente. Empresários defendem o projeto, enquanto alguns sindicatos e o PT são contra. O texto está em análise há 11 anos.

Liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), manifestantes contrários à votação do projeto protestaram do lado de fora do Congresso no início da tarde de terça e travaram um breve confronto com a polícia.

Ao menos três manifestantes e um policial ficaram feridos no conflito, em que a polícia usou spray de pimenta contra manifestantes que jogaram pedaços de madeira e outros objetos contra um cordão formado por policiais.

Dois deputados, Vicentinho (PT-SP) e Lincoln Portela (PR-MG), denunciaram ter sofrido agressões por parte de policiais e manifestantes, segundo a Agência Câmara Notícias.

De acordo com os grupos contrários ao projeto de lei, a proposta "tira dos trabalhadores direitos duramente conquistados e dá aos patrões segurança jurídica para contratar do jeito que quiser", segundo nota no site da CUT.

Já o governo se preocupa com uma queda na arrecadação dos tributos trabalhistas. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se reuniu com parlamentares para tratar do tema pela manhã e conseguiu que algumas mudanças fossem realizadas no texto.

Uma das alterações transfere para a empresa contratante a responsabilidade pelos pagamentos de encargos previdenciários relativos a empregados terceirizados, uma vez que o governo considera mais fácil controlar os pagamentos dessa forma.

"Eles trouxeram alguns artigos que solicitam que todos os tributos e fundos que têm que ser pagos pela empresa contratada sejam retidos na fonte pela contratante... Isso foi acatado integralmente por nós", disse o deputado Arthur Maia (SD-BA), relator do projeto na Câmara.

Shell compra da britânica BG Group por US\$ 70 bilhões

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Royal Dutch Shell fechou acordo para comprar a rival de menor porte BG Group por US\$ 70 bilhões na primeira grande fusão no setor de petróleo em mais de uma década, reduzindo a diferença frente à líder de mercado, a norte-americana ExxonMobil, após uma queda dos preços da commodity.

A anglo-holandesa Shell fará o pagamento em dinheiro e ações, avaliando cada ação da BG em cerca de 1,35 pence, disseram as companhias de energia nesta quarta-feira (8). Trata-se de um prêmio de cerca de 52% sobre a média de negociação de 90 dias da BG, o que estabelece um padrão alto para quaisquer eventuais ofertas rivais.

A maior fusão deste ano dará à Shell acesso às operações multibilionárias da BG no Brasil, leste da África, Austrália, Cazaquistão e Egito. Elas incluem alguns dos mais ambiciosos projetos de gás natural liquefeito do mundo.

Costurado pelo presidente-executivo da Shell, Ben van Beurden, e pelo presidente do Conselho da BG, Andrew Gould, o acordo vem após a forte queda dos preços do petróleo desde junho, estabelecendo um prêmio maior sobre o acesso a reservas provadas do que sobre exploração.

“Estávamos procurando algumas oportunidades, com a BG estando sempre no topo da lista das empresas com as quais queríamos nos combinar”, disse Van Beurden, da Shell, em teleconferência. “Temos dois portfólios muito fortes que se combinam globalmente em águas profundas e sistema de gás integrado”, completou.

A Shell disse que o acordo irá ampliar suas reservas de petróleo e gás em 25%. A empresa também planeja aumentar as vendas de ativos para US\$ 30 bilhões entre 2016-2018 após o acordo.

Valor de mercado

A britânica BG tem um valor de mercado de US\$ 46 bilhões de dólares segundo o patamar de fechamento de terça-feira (7), e a Shell é avaliada em US\$ 202 bilhões, enquanto a Exxon, a maior petroleira em valor de mercado do mundo, era avaliada em US\$ 360 bilhões.

Van Beurden disse que a presença das duas grandes empresas em Austrália, Brasil, China e na União Europeia pode requerer conversas detalhadas com autoridades antitruste, mas que é improvável que leve a uma venda de ativos forçada.

A queda dos preços do petróleo após o boom do gás de xisto nos Estados Unidos e uma decisão da Arábia Saudita de não reduzir a produção criou um ambiente similar ao da virada do século, quando muitas fusões ocorreram. Na ocasião, a BP adquiriu a rival Amoco and Arco, a Exxon comprou a Mobil e a Chevron se fundiu com a Texaco.

Polícia e manifestantes entram em confronto no Congresso em protesto contra lei de terceirização

08/04/2015 - Fonte: Reuters



Manifestantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outros movimentos sindicais entraram em confronto com a polícia em frente ao Congresso Nacional nesta terça-feira, durante protesto contra votação da lei de terceirização no mercado de trabalho.

Policiais utilizaram spray de pimenta e bombas de gás para responder a manifestantes que lançavam objetos como pedaços de madeira e bandeiras contra um cordão de isolamento montado pela polícia em frente ao Congresso.

Um manifestante foi encaminhado ao departamento médico da Câmara para receber atendimento após sofrer ferimentos na cabeça, de acordo com a Agência Câmara Notícias. Outros dois manifestantes e um policial também ficaram feridos, e o deputado Vicentinho (PT-SP) precisou receber atendimento depois de ser atingido por spray de pimenta, segundo a agência.

Ao menos um manifestante foi detido pela polícia, de acordo com imagens de TV.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Central dos Movimentos Populares (CMP), entre outros movimentos, convocaram protestos nesta terça em diversas cidades.

A principal reivindicação é contra a votação do projeto de lei no Congresso que libera a contratação de terceirizados para todas as empresas.

De acordo com os grupos contrários ao projeto de lei, a proposta "tira dos trabalhadores direitos duramente conquistados e dá aos patrões segurança jurídica para contratar do jeito que quiser", segundo nota no site da CUT, que lidera o movimento.

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), descartou mais cedo nesta terça-feira adiar a votação do projeto sobre a terceirização em análise no Plenário e disse que seria analisado assim que a pauta da Casa for destrancada por uma medida provisória.

O projeto de lei que regulamenta a terceirização permite que empresas contratem trabalhadores terceirizados para exercer qualquer função na companhia, e não apenas para a chamada atividade-meio, como ocorre atualmente. Empresários e indústria defendem o projeto, enquanto alguns sindicatos e o PT são contra.

Cepal corta previsão de crescimento da América Latina por contração no Brasil

08/04/2015 - Fonte: Reuters

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) afirmou nesta terça-feira que revisou para baixo sua projeção de crescimento da região em 2015 para 1 por cento, pressionada por uma recessão no Brasil e pela expansão nula da América do Sul diante de um cenário global mais complexo para o bloco.

A Cepal projeta que a economia brasileira irá encolher 0,9 por cento este ano, ante um cálculo prévio de crescimento de 1,3 por cento. Além do Brasil, a Cepal projeta entre os países da América Latina apenas da Venezuela (-3,5%).

"Esta revisão reflete um ambiente global caracterizado por uma dinâmica econômica menor que a esperada no fim de 2014. Com exceção dos Estados Unidos, as projeções de crescimento foram revisadas para baixo nos países industrializados, e as economias emergentes continuam desacelerando", disse a Cepal em relatório.

Em 2014, a América Latina e o Caribe cresceram 1,1 por cento. A projeção anterior era de expansão econômica de 2,2% na região este ano.

"Espera-se que a região consiga manter o crescimento econômico em torno dos níveis registrados em 2014", afirmou o organismo sediado em Santiago, no Chile.

A Cepal destacou que as particularidades das economias da região, em termos de estruturas econômicas e suas formas de inserção na economia mundial, levaram a uma importante heterogeneidade na intensidade e na forma com que foram atingidas pelos choques externos.

Assim, neste ano o México deve liderar a economia da região, com uma expansão de 3%, enquanto que a Argentina deve ficar estagnada.

"As projeções de crescimento das economias especializadas na produção de matérias-primas, em especial petróleo e minerais, são as que tiveram as maiores baixas", afirmou a Cepal.

"Aqueles (nações) de maior vínculo com a economia dos Estados Unidos, e que se beneficiam com a queda do preço do petróleo, registram as melhores projeções", acrescentou.

A Colômbia deve crescer 3,6%, enquanto que o Chile avançará 3 por cento neste ano. O Peru deve registrar um crescimento de 4,2%.

Os países que liderarão a expansão regional em 2015 serão Panamá, com uma alta do Produto Interno Bruto (PIB) de 6%, Antigua e Barbuda (5,4%) e Bolívia, Nicarágua e República Dominicana (5%).

Trabalhadores da Latam no Chile decidem por greve após fracasso em negociações

08/04/2015 - Fonte: Reuters

O sindicato que representa equipes de solo e manutenção da unidade chilena da LATAM Airlines LAN.SN anunciou nesta terça-feira que a categoria decidiu decretar greve a partir da quinta-feira depois que negociações com a empresa mediadas pelo governo fracassaram.

Os funcionários da LAN Express, que cobre em grande parte rotas no Chile e também faz alguns voos para outros destinos sul-americanos, rejeitaram uma oferta trabalhista da empresa na semana passada e tinham pedido mediação do governo.

"A última oferta da companhia é constrangedora. Até onde sabemos, as negociações mediadas pelo governo estão encerradas", disse o presidente do sindicato, Luis Chavez, à Reuters.

A greve começa às "23h59 (horário local) de quarta-feira", disse ele.

Produção industrial do Paraná recua 15%

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A produção industrial paranaense teve retração de 15% em fevereiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo a Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Regional divulgada nesta terça-feira (7) pelo IBGE. Foi o terceiro maior tombo entre as 14 regiões pesquisadas, atrás apenas da Bahia (-23,2%) e do Amazonas (-18,9%).

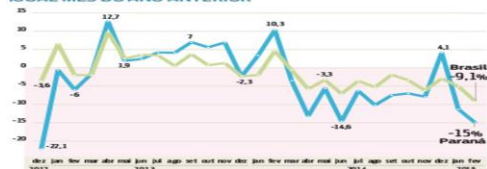
Nem mesmo o avanço de 2,4% em relação a janeiro ajudou a amenizar a situação da indústria do Paraná, que acumula queda de 8,3% nos últimos 12 meses e recuo de 13,2% no ano, o quarto maior do país e bem acima da média nacional (-7,1%).

Dez das 13 atividades pesquisadas no estado apresentaram recuo na produção. Mais uma vez, a principal contribuição negativa veio do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias, cuja produção despencou 42,7% em fevereiro deste ano sobre o mesmo mês do ano passado.

DEVAGAR E QUASE PARANDO

A produção industrial paranaense teve retração de 15% em fevereiro em relação ao mesmo mês de 2014. Foi o terceiro maior recuo entre as 14 regiões pesquisadas:

IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR



POR ATIVIDADE

Dez das 13 atividades pesquisadas no estado apresentaram recuo na produção:

As maiores quedas (%)	As maiores altas (%)
Veículos automotores, reboques e carrocerias -42,7	Bebidas 8,6
Produtos de minerais não-metálicos -26	Celulose, papel e produtos de papel 7,2
Móveis -19,4	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos 4,5

POR REGIÃO PESQUISADA

Em fevereiro, a indústria paranaense reagiu após uma forte queda em janeiro:

Mês anterior (%)	Igual mês do ano anterior (%)
Rio de Janeiro -7,1	Bahia -2,3,2
Bahia -6,4	Amazonas -1,8,9
Pernambuco -2,3	Paraná -15,0
Minas Gerais -1,9	Rio G. do Sul -1,3,7
Brasil -0,9	Rio de Janeiro -1,1,8
Espírito Santo -0,4	Minas Gerais -1,0,6
Santa Catarina 0,2	Ceará -9,5
São Paulo 0,3	Santa Catarina -9,5
Ceará 1,1	Brasil -9,1
Rio G. do Sul 1,6	São Paulo -8,5
Amazonas 2,2	Goiás -4,4
Paraná 2,4	Mato Grosso -1,5
Goiás 3,2	Pernambuco 2,3
Pará 3,4	Pará 9,4
Mato Grosso -	Espírito Santo 25,6

Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Também houve redução nas indústrias de produtos de minerais não-metálicos (-26,0%), móveis (-19,4%), outros produtos químicos (-10,5%), alimentos (-11%) e no setor de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-8,4%).

Na outra ponta, das contribuições positivas, os setores que mais cresceram em fevereiro foram bebidas (8,6%) e celulose, papel e produtos de papel (7,2%), este último impulsionado, segundo análise do IBGE, pela maior produção de fraldas descartáveis.

Assim como o Paraná, regiões como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo têm registrado resultados negativos na produção ante igual mês do ano anterior.

“Todos os estados onde há produção de veículos automotores mostram não só queda, mas tem nessa atividade o principal impacto negativo”, disse Lobo.

“Por outro lado, no Amazonas, a produção de televisores é o principal produto que traz a produção industrial para baixo”, destacou. Do lado positivo, o Espírito Santo registrou alta de 25,6% no período, impulsionado não só pela produção de minério de ferro, mas também pelo setor de metalurgia.

Onze das 15 regiões pesquisadas nessa comparação (uma a mais do que na comparação de um mês com o imediatamente anterior) registraram atividade menor do que no ano passado.

Juros altos

A desvalorização do real tende a ajudar no médio prazo, mas, por enquanto, a indústria deve sofrer com a menor demanda e os juros mais altos.

“Em um cenário em que vemos pela primeira vez em muitos anos uma queda da massa real de rendimentos, fica difícil imaginar a indústria com alguma recuperação ao longo deste ano”, analisou o economista Thiago Biscuola, da RC Consultores.

Segundo ele, apenas regiões com presença forte do agronegócio e dos segmentos alimentício e extrativo devem se salvar de um desempenho negativo.

Pouco dinamismo

Segundo o pesquisador Rodrigo Lobo, da Coordenação de Indústria do IBGE, o menor dinamismo da produção de veículos automotores tem pesado em todos os estados onde atuam fábricas desse segmento.

Em um cenário em que vemos pela primeira vez em muitos anos uma queda da massa real de rendimentos, fica difícil imaginar a indústria com alguma recuperação ao longo deste ano.

Anfavea refaz projeções após queda de 16,8% na produção de veículos

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) revisou suas projeções para o desempenho do setor automotivo em 2015, após divulgar, nesta terça-feira (7), os dados de fabricação e comercialização de veículos no primeiro trimestre deste ano. Pelas estimativas, o segmento terá desempenho pior do que o previsto no início do ano.

A associação espera que, em 2015, sejam produzidos 2,832 milhões de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus em todo o país, o equivalente a uma queda de 10% em relação aos 3,146 milhões produzidos de 2014. A projeção é mais pessimista do que a estimativa de alta de 4,1% na fabricação divulgada em janeiro.

Nesta semana, o contribuinte paranaense começou a pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A alíquota passou de 2,5% para 3,5%, tornando-se uma das mais altas do país.

O segmento que mais deve sofrer é o de pesados, que inclui caminhões e ônibus. A Anfavea prevê que serão produzidas 134 mil unidades, queda de 22,5% em relação as 173 mil fabricadas em 2014. Já para os leves, a entidade projeta produção de 2,698 milhões de unidades em 2015, recuo de 9,3%.

A queda na montagem de carros de passeio e comerciais leves entre janeiro e março ficou em 14,3% na comparação com igual período de 2014. A situação é mais grave no segmento de caminhões, com retração de 49,3%. Na média, a indústria automotiva recuou 16,8%.

Vendas em baixa

Já para os emplacamentos, a nova previsão é de que sejam vendidos 3,038 milhões de veículos em 2015, recuo de 13,2% na comparação com 2014. Em janeiro, a Anfavea estimava que os licenciamentos de veículos novos ficariam estáveis em 3,498 milhões de unidades em 2015.

O segmento de pesados, mais uma vez, terá o pior desempenho. A Anfavea projeta queda de 31,5% nas vendas de caminhões e ônibus em 2015 ante 2014, ao totalizarem 113 mil unidades emplacadas.

Para os leves, a entidade prevê um recuo de 12,3%, ao somarem 2,925 milhões de automóveis e comerciais leves vendidos. No trimestre encerrado em março, as vendas de carros leves e pesados caíram 17% em relação ao mesmo período do ano passado. A indústria automobilística brasileira eliminou 1.466 vagas em março.

Inflação sobe para 1,32% em março, a maior taxa para o mês em 20 anos

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu para 1,32% em março, ante alta de 1,22% em fevereiro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (8). O IPCA de março é o maior para o mês desde 1995 (+1,55%) e o maior desde fevereiro de 2003 (+1,57%).

Recordes negativos

No acumulado do ano, o IPCA acumula alta de 3,83%, a mais elevada para esse período desde 2003, quando a alta foi de 5,13%.

Sob impacto da alta de energia e alimentos, a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, segue pressionada e acumulou alta de 8,13% em 12 meses terminados em março.

A variação do IPCA em 12 meses é a mais elevada desde dezembro de 2003 (9,30%), quando o país ainda sofria os efeitos da crise decorrentes das eleições presidenciais do ano anterior, que mexeu com a confiança e fez o câmbio disparar.

Vilã

A energia elétrica foi, sozinha, responsável por mais da metade da alta de 1,32% registrada no IPCA de março, segundo o IBGE. Com um aumento médio de 22,08%, o item teve um impacto de 0,71 ponto porcentual de impacto, o que representa 53,79% do IPCA do mês passado.

“Com a entrada em vigor, a partir de 2 de março, da revisão das tarifas aprovada pela **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)**, ocorreram aumentos extras, fora do reajuste anual, para cobrir custos das concessionárias com a compra de energia. Na mesma data, houve reajuste de 83,33% sobre o valor da bandeira tarifária vigente, a vermelha, passando de R\$ 3,00 para R\$ 5,50”, destacou o IBGE.

Neste ano, a energia elétrica em todas as regiões já subiu em média 36,34%. Nos últimos 12 meses, a conta está 60,42% mais cara. O resultado do mês de março fez com que o grupo Habitação registrasse o maior resultado do mês, com alta de 5,29%. A categoria ainda recebeu impactos de mão de obra para pequenos reparos (1,25%) e condomínio (0,96%).

Disparada

O IPCA de março reforça a avaliação corrente no mercado financeiro e entre especialistas de que a inflação neste ano ficará em torno de 9%. Se confirmado, o resultado vai superar em grande medida a taxa de 2014 – de 6,41%.

Em março, as altas de maior destaque que mantiveram a inflação sob pressão ficaram com energia elétrica (22,08%), que correspondeu mais da metade dos índices de março, e alimentação, com 1,17%.

Senado aprova validação de incentivos fiscais de estados

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Senado aprovou nesta terça-feira (7) a validação de benefícios tributários concedidos por estados para atrair investimentos, desrespeitando a legislação em vigor. A lei prevê que os incentivos devem ser aprovados pela unanimidade do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda. Alguns estados, porém, validaram esses incentivos mesmo sem a decisão unânime do órgão.

Com o projeto aprovado pelo Senado, os incentivos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) já concedidos podem ser validados por um quórum menor do órgão. É uma espécie de "perdão" para os incentivos já concedidos.

No total, 63 senadores votaram em favor do projeto, sete contra e um se absteve. O projeto segue para análise da Câmara dos Deputados.

O texto prevê que os incentivos podem ser revalidados por pelo menos dois terços dos estados representados no Confaz. Também é necessário aval de um terço dos estados dentro de cada uma das cinco regiões do país –por exemplo, três do Nordeste e um no Sul.

O governo não colocou obstáculos à votação do projeto porque não sofre impactos diretos com a mudança, mas o ministro Joaquim Levy (Fazenda) havia pedido para os senadores esperarem a reunião do Confaz marcada para sexta-feira (10). O Senado rejeitou o apelo e manteve a votação, pressionado pela maioria dos congressistas favorável à convalidação.

Votorantim prevê aportes de R\$ 600 milhões em Vazante

08/04/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A Votorantim Metais, empresa do grupo Votorantim, investirá R\$ 600 milhões na produção de minério de zinco em Vazante, no Noroeste do Estado. Os aportes serão feitos na ampliação da vida útil do complexo minerário.

O projeto, que será iniciado neste ano, compreende obras de acesso a reservas mais profundas de minério mapeadas dentro da área de exploração da mina, conforme informações da empresa. A previsão é de que a vida útil seja ampliada em mais de 10 anos com os investimentos.

Além disso, o empreendimento visa lavrar 63% dos recursos conhecidos da jazida, localizados abaixo do último nível explorado da mina. As operações estão previstas para ser iniciadas em 2017.

De acordo com a Votorantim, já foram investidos R\$ 67 milhões para início das atividades em operações como, por exemplo, o desenvolvimento de rampas impermeabilizadas, aquisições de equipamentos de mineração, estudos de engenharia, infraestrutura de superfície e início da construção de poço.

O projeto, segundo a empresa, também contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico de Vazante e região, por meio da geração e manutenção de emprego e renda.

Além do projeto de expansão, a Votorantim Metais realiza projetos tecnológicos a fim de aproveitar ao máximo o recurso mineral da região e garantindo, ao mesmo tempo, a gestão e uma prática de operação ambientalmente responsável.

Extremo Norte - Também em Vazante, a Votorantim Metais investe no projeto Extremo Norte. Com inversões de R\$ 215 milhões, o empreendimento está localizado no vetor norte da mina e tem a expectativa de produção de 470 mil toneladas/ano de minério bruto, material correspondente a um terço da produção atual da unidade Vazante. O empreendimento já conta com a licença de operação provisória.

A unidade de Vazante é parte do Sistema Três Marias, que compreende a mina Morro do Agudo, no município de Paracatu (Noroeste). Os complexos abastecem a planta da companhia no município de Três Marias.

A planta metalúrgica tem capacidade de aproximadamente 200 mil toneladas de zinco anualmente. A companhia conta também com a planta de polimetálicos em Juiz de Fora, na Zona da Mata. Inaugurada em 2012, a unidade recebeu aportes de R\$ 512 milhões.

Em 2013, a Votorantim paralisou as atividades em sua planta de matte de níquel, instalada em Fortaleza de Minas, no Sul do Estado. Na ocasião, a empresa informou que a decisão foi baseada em estudos de viabilidade econômica. Além disso, o esgotamento da mina de níquel no município também influenciou no fim das operações.

As últimas informações sobre o empreendimento davam conta que a Votorantim chegou a avaliar a produção de ácido sulfúrico na unidade. A substância é um subproduto da operação de matte de níquel.

Vendas de automóveis registraram alta de 26,2% no mês passado

08/04/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Com o maior número de dias úteis em março deste ano, as vendas de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus aumentaram 26,2% em março na comparação com fevereiro, mas caíram 2,6% ante o mesmo mês do ano passado, divulgou ontem a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Nos 22 dias úteis de março, foram emplacadas 234.631 unidades em todo o país, mais do que os 185.944 licenciados nos 17 dias de fevereiro e do que os 240.808 emplacados durante os 18 dias úteis de março do ano passado. Com o resultado, os licenciamentos acumulam queda de 17% no primeiro trimestre do ano ante igual período de 2014.

Considerando somente automóveis e comerciais leves, foram emplacados 226.336 unidades em março, o equivalente a alta de 26,3% na comparação com fevereiro, mas a queda de 1,2% ante um ano atrás.

No terceiro mês de 2015, foram vendidos 189.902 automóveis e 36.434 comerciais leves. Com o resultado, as vendas de autos e leves acumulam queda de 16,2% neste ano até março, em relação a igual período de 2014.

As vendas de caminhões, por sua vez, atingiram 6.491 unidades em março, alta de 25,9% na comparação com fevereiro, porém recuo de 29,8% ante março do ano passado.

Com o resultado, os emplacamentos de pesados acumulam queda de 36,6% no primeiro trimestre de 2015, na comparação com o mesmo período do ano passado. No caso dos ônibus, foram vendidas 1.804 unidades no terceiro mês do ano, aumento de 18,1% na variação mensal e tombo de 26% ante março do ano passado.

Flex - De acordo com a Anfavea, a fatia de automóveis e veículos comerciais leves biocombustíveis (flex) nas vendas ficou em 87,8% em março, patamar abaixo do verificado em fevereiro (88,4%) e igual ao de março do ano passado.

Ao todo, os veículos flex somaram 198.763 unidades no terceiro mês do ano, ante 158 500 em fevereiro e 201.145 em março de 2014.

As exportações em valores de auto-veículos e máquinas agrícolas somaram US\$ 908,155 milhões em março, alta de 8,2% na comparação com fevereiro, mas recuo de 6,7% ante o mesmo mês do ano passado. Com o resultado, as vendas externas em valores acumulam recuo de 16,8% no primeiro trimestre de 2015.

Metalúrgicos da Ford rejeitam greve em Taubaté

08/04/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Mesmo sem acordo com a empresa para reverter as 137 demissões da semana passada, metalúrgicos da Ford decidiram ontem retomar o ritmo normal de produção na fábrica de Taubaté (SP).

Em assembleia, trabalhadores rejeitaram proposta de deflagração de greve por tempo indeterminado. Já na fábrica da Chery em Jacareí (SP), metalúrgicos seguem de braços cruzados por tempo indeterminado.

Os funcionários da Ford chegaram a paralisar a produção na última quarta, 1º, e quinta-feira, 2, para pressionar a direção da montadora a reverter os cortes. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, após algumas reuniões, a empresa informou que não voltaria atrás das demissões.

Procurada, a montadora confirmou o retorno das atividades em Taubaté e reforçou que vai pagar o prometido aos demitidos pelo acordo aprovado em março deste ano.

A companhia se comprometeu a pagar 83% do salário por ano trabalhado aos demitidos. Para aqueles com restrição médica, o percentual sobe para 140%. Os valores são os mesmos oferecidos pela montadora a quem aderir ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) em vigor na empresa que, de acordo com o sindicato, já teve "cerca de 500 adesões" em Taubaté. O acordo prevê ainda estabilidade do emprego até 2017.

Além das demissões em Taubaté, a Ford tem 424 metalúrgicos em banco de horas desde 23 de fevereiro, por tempo indeterminado, na unidade de São Bernardo do Campo (SP). A produção da unidade está paralisada desde a última sexta-feira até a próxima terça-feira, para "adequar produção à demanda". Na fábrica de Taubaté, a produção também ficou paralisada, por decisão da empresa, de sexta até ontem, feriado local.

Chery - Em Jacareí, metalúrgicos da Chery seguem em greve pelo terceiro dia consecutivo. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, o movimento foi deflagrado para pressionar a montadora chinesa a reconhecer a convenção coletiva da categoria, equiparando salários e direitos trabalhistas na empresa aos de outras montadoras da região. Trabalhadores reclamam da terceirização ilegal e até da "péssima" qualidade da comida.

Procurada, a assessoria da Chery informou que nenhuma nova proposta foi apresentada pela empresa desde segunda-feira passada e que a montadora mantém o mesmo posicionamento.

Em nota, a companhia ponderou que, como uma empresa recém-chegada ao Brasil, atender às exigências dos metalúrgicos neste momento coloca em risco a saúde financeira e o futuro da companhia no país. Segundo o sindicato, a direção da fábrica informou que aguarda orientações da matriz, na China.

Produção de veículos recua 7% em março

08/04/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A produção de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus no mercado brasileiro subiu 22,9% em março na comparação com fevereiro, mas recuou 7% ante o mesmo mês do ano passado, divulgou ontem a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No terceiro mês do ano, foram produzidos 253.622 veículos no país. Com o resultado, a produção acumula queda de 16,2% no primeiro trimestre ante igual período de 2014.

Considerando apenas automóveis e comerciais leves, a produção em março chegou a 243.462 unidades, alta de 24,4% em relação a fevereiro, porém recuo de 4,6% ante março de 2014.

No mês passado, foram produzidos 203.049 automóveis e 40.413 comerciais leves. Com isso, a produção de autos e leves acumula queda de 14,3% no primeiro trimestre frente o mesmo período do ano passado.

A produção de caminhões, por sua vez, caiu 5,3% em março na comparação com fevereiro e recuou 46,7% ante um ano atrás. Ao todo, a produção de caminhões atingiu 7.374 unidades no terceiro mês do ano. Com o resultado, a fabricação de pesados acumula queda de 49,3% em 2015 até março, em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

No caso dos ônibus, foram produzidas 2.786 unidades em março, queda de 2,9% na comparação com fevereiro e recuo de 24,7% ante março do ano passado. Com o desempenho do mês passado, a fabricação de ônibus acumula queda de 17,7% em 2015 até agora, na comparação com igual período do ano passado.

De acordo com a Anfavea, a indústria automobilística brasileira eliminou 1.466 vagas em março. Após os recentes cortes e programas de demissão voluntária, o setor encerrou o terceiro mês do ano com 140.851 empregados, queda de 1% na comparação com fevereiro e recuo de 9,4% ante o mesmo mês do ano passado. Com o resultado, a indústria automotiva já demitiu 3,6 mil empregados em 2015.

Apenas o segmento de autoveículos registrou retração de 0,8% no número de empregados em março na comparação mensal, ao totalizar 123.017 funcionários. Em relação a março do ano passado, a queda foi de 8,4%.

Já o segmento de máquinas agrícolas teve recuos maiores no número de empregados: de 2,3%, em março ante fevereiro e de 16% na variação anual, ao totalizar 17.834 trabalhadores no mês passado.

Confiança - O presidente da Anfavea, Luiz Moan, avaliou que a queda de 17% nas vendas de veículos no primeiro trimestre deste ano foi conseqüência, principalmente, do baixo nível de confiança do consumidor e dos investidores, decorrente, sobretudo, da não aprovação no período do ajuste fiscal promovido pela nova equipe econômica.

"Enquanto a sociedade não conhecer com exatidão quais serão as medidas de ajuste, não

é possível falar em confiança", afirmou em entrevista, após apresentar os dados do setor automotivo de março. O executivo disse esperar que grande parte dessas medidas sejam aprovadas ainda este mês.

Moan avaliou ainda que o crédito também teve uma parcela de culpa no desempenho ruim do setor. De acordo com o presidente da Anfavea, tanto a seletividade dos bancos na hora de conceder os empréstimos como a baixa procura dos consumidores por crédito, em razão da confiança em baixa, tiveram influência negativa na venda de veículos.

Inflação em 12 meses chega a 8,13%, a maior desde dezembro de 2003

08/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Sob impacto da alta de energia e alimentos, a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, segue pressionada e foi de 8,13% nos 12 meses terminados em março.

A variação do IPCA é a maior em 12 meses desde o período encerrado em dezembro de 2003 (9,30%), quando o país ainda sofria os efeitos da crise decorrentes das eleições presidenciais do ano anterior, que mexeu com a confiança e fez o câmbio disparar. A estimativa da Bloomberg havia sido de que chegasse a 8,20%. O índice de inflação para 12 meses até fevereiro havia sido de de 7,7%.

Os indicadores foram divulgados pelo IBGE nesta quarta-feira (8) e estão entre as principais referências usadas pelo governo para determinar a taxa de juros.

"A taxa em 12 meses superou a barreira dos 8% em março e os principais aumentos são de itens essenciais de consumo das famílias, especialmente energia elétrica", disse Eulina Nunes dos Santos, coordenadora do IBGE.

IPCA

Maior taxa para um mês desde junho de 2003

O índice fechou março em 1,32%, acima da taxa de 1,22% de fevereiro. Ele supera os 0,92% de março do ano passado e representa a maior taxa para um mês desde junho de 2003 (1,43%).

Apesar disso, o aumento de 1,32% em março fica abaixo das projeções da Bloomberg, de 1,39% e do Bradesco, de 1,40%.

Ao considerar apenas os meses de março, a taxa deste ano é a mais alta desde 1995 (1,55%), primeiro ano completo do Real e período em que o país ainda vivia a transição para uma inflação sob controle –naquele ano o IPCA fechou em 22,41%.

De janeiro a março de 2015, o indicador somou 3,83%. Segundo analistas ouvidos pela **Folha**, o IPCA de março reforça a avaliação corrente no mercado financeiro de que a inflação neste ano ficará em torno de 9%. Se confirmado, o resultado vai superar em grande medida a taxa de 2014 –de 6,41%.

Energia sobe 60% em 12 meses

Em março, as altas de maior destaque que mantiveram a inflação sob pressão ficaram com energia elétrica (22,08%), que correspondeu mais da metade dos índices de março, e alimentação, com 1,17%.

Com a alta de março, a energia já acumula um aumento de 60,42% nos últimos 12 meses.

No caso da energia, o aumento é resultado da chamada revisão tarifária, que permite reajustes extraordinários concedidos pela Aneel às distribuidoras –neste ano, o reajuste ocorreu para cobrir os maiores custos com a compra de energia termelétrica, mais usada diante da estiagem que afeta os reservatórios das hidrelétricas.

Além disso, também foi corrigido o valor do sistema de bandeiras tarifárias, que aumenta o valor da conta em caso de uso de energia de origem térmica. A bandeira vermelha, que indica a utilização energia termelétrica em grande escala, passou de R\$ 3 para R\$ 5,5 a cada 100 kwh consumidos.

Já entre os alimentos, os principais focos de pressão vieram de refeição fora de casa (1,03%), cebola (15,10%), ovos (12,75%), feijão (3,40%) e leite (2,74%).

Também puxaram o IPCA para cima os reajustes de gasolina (1,26%) –pressionada pelo aumento de tributos– e ônibus urbanos (0,85%).

Entre os poucos itens em queda, destaca-se o forte recuo dos preços das passagens aéreas (15,45%), já num sinal do esfriamento do consumo e da baixa temporada, que leva as companhias a praticarem descontos.

Para manter arrecadação, Levy pede, e Câmara altera PL da terceirização

08/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

Projeto permite a empresas terceirizar qualquer área de sua atividade, o que hoje é proibido



QUEM PODE

- Empresas privadas
- Empresas públicas
- Sociedades de economia mista
- Produtor rural pessoa física
- Profissional liberal



QUEM NÃO PODE

- Administração pública direta
- Autarquias
- Fundações
- Serviços de natureza doméstica



EXIGÊNCIAS PARA SER UMA TERCEIRIZADA

Deve ter objeto social único ou mais de um objeto na mesma área de especialização, possuir qualificação técnica (com profissionais legalmente habilitados) e ter capacidade econômica compatível com a execução do serviço

CONTRATOS

- Trabalhador não pode exercer função distinta da prevista no contrato
- A contratada pode terceirizar parte do trabalho quando se tratar de serviço técnico especializado, desde que previsto em contrato
- O trabalhador pode ser contratado sucessivamente para prestar o mesmo serviço por meio de diferentes empresas



SINDICATO

Os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante



GARANTIAS

Terceirizada deve oferecer garantia à contratante, em dinheiro, por exemplo, para pagar direitos trabalhistas. Uma opção é a retenção de 6% do pagamento mensal



LOCAL DE TRABALHO

Quem presta serviço nas dependências da contratante deve ter as mesmas condições de alimentação, transporte e atendimento médico dos demais funcionários



DIREITOS

As empresas que terceirizam terão a responsabilidade de recolher encargos trabalhistas e previdenciários, além de tributos devidos, como Imposto de Renda e PIS/Cofins



PESSOA JURÍDICA

O relator diz que o projeto trará regras para evitar que empresas demitam funcionários com carteira assinada para recontratá-los como pessoa jurídica. O texto atual, porém, não proíbe que isso ocorra



Em meio a protestos com feridos, pressões do empresariado, de representantes dos trabalhadores e do governo, o polêmico projeto que regulamenta as terceirizações no país sofreu novas alterações nesta terça-feira (7).

Feitas a pedido do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que temia perda de arrecadação de até R\$ 20 bilhões por ano, elas reduzem a autonomia das empresas terceirizadas e tentam evitar burla às novas regras.

O projeto deve ir a votação nesta quarta (8) no plenário da Câmara. A tramitação em regime de urgência foi aprovada na noite desta terça. Se o texto for aprovado, irá para o Senado.

O relator, deputado Arthur Maia (SDD-BA), afirmou ter incorporado ao texto a exigência de que as empresas que contratam mão de obra de terceiros mantenham a responsabilidade de pagar os encargos trabalhistas e previdenciários -FGTS e a contribuição ao INSS.

Ou seja, em vez de repassar todo o valor acertado para a empresa que contratou, a chamada "empresa-mãe" irá reter a quantia para fazer o pagamento, de forma direta, dessas exigências.

O temor do governo era que houvesse aumento de calote de impostos e obrigações previdenciárias e trabalhistas por parte das terceirizadas.

DOMÉSTICOS DE FORA

O projeto proíbe a terceirização de trabalhadores domésticos. Essa será a única atividade que não será alcançada totalmente pela nova legislação, se ela for aprovada.

Domésticos só poderão ser contratados por meio da CLT, seguindo a legislação atual para essa categoria.

O texto também dá tratamento especial a correspondentes bancários. Nesse caso, as únicas regras que não serão aplicadas são as exigências de especialização e de objeto social único, enquanto não for editada lei específica sobre a categoria.

PROFISSIONAIS LIBERAIS

Pelo projeto, empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, produtor rural pessoa física e profissionais liberais podem terceirizar suas atividades a outras empresas.

A prestadora de serviço deve ter objeto social único ou mais de um objeto na mesma área de especialização, possuir qualificação técnica e ter capacidade econômica compatível com a execução do serviço.

O relator do projeto também disse que vai incorporar artigos para inibir a chamada "pejotização" -quando empresas instam funcionários a trocar o regime da CLT pela prestação de serviços como pessoa jurídica. A manobra resulta em menos encargos trabalhistas e impostos.

O projeto relatado por Maia tem como principal ponto a liberação para que as empresas terceirizem qualquer parcela de suas atividades. Hoje isso é permitido apenas para a chamada atividade-meio, como a limpeza e a segurança em um banco.

Apesar de ter parte de suas sugestões acatadas, o governo continua trabalhando para tentar adiar a votação.

O argumento é o mesmo usado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT, o risco de precarização das condições trabalhistas.

Ternium poderá contestar resultado da AGE da Usiminas e acirrar conflito

08/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A vitória dos acionistas minoritários em assembleia geral extraordinária (AGE) realizada dia 6, na qual elegeram novo presidente do conselho de administração, não deve ser o ponto final do drama pelo qual passa a Usiminas. O grupo italiano Ternium-Techint declarou, na ata da AGE, que "vai buscar as medidas cabíveis" com vistas a corrigir "ilegalidades" praticadas durante o evento, vindo a pedir na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a anulação do resultado da assembleia.

"Paulo Penido, presidente da assembleia - que deverá ser pessoalmente responsabilizado por seus atos abusivos e ilegais - fabricou um procedimento híbrido de eleição (majoritário em relação aos candidatos do grupo de controle e em separado em relação aos candidatos indicados pelos acionistas minoritários)", alegou a companhia em protesto anexado à ata.

A Ternium denunciou, de forma reiterada, a participação da Sankyu - empresa japonesa da qual a Nippon Steel & Sumitomo tem 3% do capital - na eleição, com um bloco de 9,1 milhões de ações ON. E apontou também o bloqueio de bens de Marcelo Gasparino, que foi eleito presidente do conselho, em uma ação do Ministério Público de Santa Catarina pela época em que era diretor da Celesc.

A acionista criticou também o fato de os votos da maioria terem sido desconsiderados. Foram mais de 380,7 milhões de ações com voto contrário à eleição de Lirio Parisotto, do fundo L. Par, e Marco Antonio Bologona, ex-presidente da TAM indicado pelo BTG Pactual, que foram descartadas por não haver consenso entre o grupo italiano a Nippon Steel, com quem divide o controle da siderúrgica.

A Ternium não informou quando pretende entrar com a ação na CVM ou outra instância judicial. O BTG, que também protestou contra o resultado da AGE, não quis comentar o assunto.

Analistas consideraram a decisão da AGE uma pequena vitória para a Nippon Steel - historicamente, Gasparino se mostrou mais aliado aos japoneses - e para os minoritários, mas avaliaram que o conflito entre os maiores acionistas está longe de ser resolvido. Artur Losnak, da Fator Corretora, afirmou que os controladores precisam se entender para se voltarem unicamente à gestão.

"Eles têm que mostrar melhorias, a operação está bastante complicada com o mercado de aço plano mais fraco e não ter alguém exclusivamente comandando é ruim", opinou em entrevista ao Valor PRO, serviço de notícias em tempo real do Valor.

O analista classifica a deliberação da AGE como a solução "mais pró-mercado" que se apresentava. Alexander Hacking e Thiago Ojea, do Citi, escreveram que, por outro lado, não há nenhum impacto relevante em suas projeções para a empresa, e a tese de investimento nas ações da siderúrgica permanece negativa.

Na visão da equipe de analistas de Marcos Assumpção, do Itaú BBA, há duas saídas possíveis para a disputa: uma trégua entre Ternium e Nippon Steel ou, no caso de um acordo ser impossível, a saída de um dos dois. Se o bloco de controle for cindido, a participação do desistente tem de ser vendida ao outro maior acionista no mercado. Para

o time de Assumpção, aos preços atuais das ações ordinárias, essa saída seria impraticável.

"Se a oferta for lançada, o preço é irracional", comenta o Itaú BBA. Isso porque o comprador dos papéis pagaria 16,5 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) previsto em 2015 para a Usiminas. "Improvável que se recupere esse investimento", afirmam, pois levaria mais de 16 anos para se pagar.

No pregão de ontem da BM&FBovespa, as ações preferenciais de classe A da siderúrgica mineira terminaram em queda de 4,95%, para R\$ 4,80. Os papéis ordinários, porém, subiram 9,32%, para R\$ 18,89, alargando o prêmio de um ativo sobre o outro.

Há alguns meses, houve uma corrida de investidores por papéis ON visando influir na eleição do conselho. A diferença, agora em 3,9 vezes, já foi de 6,1 vezes em meados de fevereiro. Para Losnak, da Fator, não há mais esse apetite pelos papéis ordinários.

Itaú reduz projeção do Petróleo para US\$ 65 e do minério para US\$ 52,5

08/04/2015 - Fonte: Info Money

O Itaú BBA revisou suas projeções para o preço do petróleo no final de 2015 para US\$ 65 o barril ante uma estimativa anterior de US\$ 70. Já para o minério de ferro, a previsão foi cortada de US\$ 63 para US\$ 52,5. Segundo o banco de investimentos do Itaú, os reajustes foram feitos reconhecendo ajustes mais lentos na oferta.

No caso do petróleo, o Itaú BBA vê piora do cenário para o preço do barril devido a sinais de que o mercado permanecerá mais tempo com um excesso na oferta. Manutenção da tendência de alta nos últimos meses da produção nos Estados Unidos junto com uma probabilidade menor de uma reação coordenada para reduzir a oferta no curto prazo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) pressionaram negativamente as cotações do combustível.

"Em suma, esperamos que o excesso de oferta vai durar até o primeiro semestre de 2016, cerca de seis meses a mais do que na nossa avaliação anterior", diz o relatório assinado por Artur Manoel Passos.

Já no caso do minério, a queda foi influenciada pela combinação de baixo crescimento da demanda, aumento da produção de baixo custo e ausência de reação dos produtores de alto custo, de acordo com a análise do banco.

O Índice de Commodities Itaú (ICI) recuou 4,6% desde o começo de março, influenciado principalmente pelo desempenho destas duas commodities. Todos os componentes, no entanto, caíram no período, as agrícolas recuando 1,3%, as metálicas caindo 9,8% e as energéticas sofrendo desvalorização de 4,3%.

As previsões para o ICI também foram reduzidas em 5,5 pontos percentuais para o fim do ano e em 2,2 pontos percentuais para 2016.

China planeja subsidiar mineradoras de minério de ferro após queda nos preços

08/04/2015 - Fonte: Reuters

A China planeja subsidiar seu setor de minério de ferro em dificuldades, segundo relatos da mídia estatal nesta quarta-feira, com muitas minas com custos altos forçadas a fechar como resultado do colapso nos preços globais.

A China, maior fabricante de aço do mundo, há muito se preocupa com sua crescente dependência em mineradoras estrangeiras e tem tentado manter um nível de autossuficiência na importante matéria-prima, mas suas minas não têm sido capazes de competir com enormes produtoras de baixo custo na Austrália e no Brasil.

O Shanghai Securities News disse em seu website que o governo publicará logo novas políticas direcionadas a oferecer apoio financeiro ao setor de minério de ferro da China, sem dar mais detalhes.

Os preços do minério de ferro caíram cerca de 60 por cento desde o ano passado após um esforço conjunto das principais produtoras para ampliar a produção e aumentar a participação no mercado. O excesso de oferta foi agravado por uma desaceleração econômica na China, de longe o maior consumidor de minério do mundo.

Segundo dados da Associação de Minas Metalúrgicas da China, cerca de três quartos das minas de minério de ferro do país tiveram prejuízos em 2014 como resultado da queda nos preços, e muitas produtoras menores já pararam as operações.

Cobre em alta e minério de ferro em baixa podem renovar interesse da Glencore por Rio Tinto

08/04/2015 - Fonte: The Wall Street Journal

O maior e mais complexo acordo de mineração já registrado pode ser resumido em uma proporção simples: o preço do cobre versus o preço do minério de ferro.

A Glencore GLNCY +1.90% PLC, a gigante suíça da mineração com massivas reservas de cobre, propôs no ano passado uma fusão de cerca de US\$ 150 bilhões com a Rio Tinto RIO +2.54% PLC, uma das maiores produtoras mundiais de minério de ferro. O anúncio da Glencore de que a Rio Tinto havia rejeitado a oferta em 7 de outubro impôs uma moratória de seis meses para que outra abordagem fosse feita, segundo a lei britânica.

Esse período termina hoje, potencialmente abrindo a porta para novas negociações. As duas mineradoras nunca revelaram publicamente os termos potenciais [do acordo] e os executivos da Rio Tinto nunca incentivaram novas negociações.

Mas dois fatores mudaram em favor da Glencore que poderiam impulsionar um acordo para criar a maior empresa mineradora do mundo e dar aos investidores exposição em todas as principais commodities.

As ações da Glencore subiram mais de 15% desde meados de janeiro, quando elas atingiram por um período curto o menor nível desde que a empresa abriu seu capital em 2011, em meio à queda dos preços do cobre. As ações da Rio Tinto, por sua vez, caíram 3%.

Uma forte razão para a divergência é que os preços de minério de ferro continuam num longo período declínio desde o recorde de US\$ 190 por tonelada registrado em 2011, recentemente atingindo a mínima de 10 anos, abaixo de US\$ 50 por tonelada. Os preços do cobre, contudo, se recuperaram em cerca de 5% nos últimos 30 dias, para cerca de US\$ 6.000 por tonelada.

Especialistas do setor também não esperam uma recuperação nos preços do minério de ferro, um ingrediente essencial para a produção de aço, no curto prazo. Caroline Bain, economista sênior de commodities da Capital Economics Ltda., em Londres, previu no mês passado que os preços do minério de ferro devem atingir US\$ 45 por tonelada até o fim do ano, à medida que grandes excedentes de minério de ferro continuam inundando o mercado mesmo com o desaquecimento da demanda chinesa.

Essas quedas foram provocadas pelo aumento implacável da produção de minério de ferro de empresas como a Rio Tinto e concorrentes como a BHP Billiton Ltd. BHP +0.73% e a Vale SA VALE +4.98%. Se a produção não diminuir, os preços continuarão a cair, dizem analistas.

“Mais cedo ou mais tarde, ou [a Rio] vai ter que pisar no freio na estratégia de aumentar o volume, ou vai ter que encarar o fato de que seus lucros vão desabar”, diz Paul Gait, analista de mineração da Sanford C. Bernstein. Se os lucros da Rio continuarem caindo e a cotação de suas ações for afetada, “eles vão ficar vulneráveis à Glencore”, diz ele.

O diretor-presidente da Rio Tinto, Sam Walsh, já afirmou várias vezes que não está interessado em um acordo com a Glencore. Em um evento em fevereiro em Londres, Walsh deixou claro que a fusão “não vai acontecer”, indicando que ele acredita que a Glencore não pagaria um preço alto o suficiente.

As ações da Glencore perderam cerca de 25% de seu valor desde julho de 2014, quando seu diretor-presidente, Ivan Glasenberg, telefonou para o presidente do conselho de administração da Rio Tinto, Jan du Plessis, para discutir uma potencial fusão. Como a Glencore precisaria oferecer ações como parte do negócio, o cálculo se tornou significativamente mais assustador para Glasenberg.

A Glencore também é altamente exposta ao preço do carvão, que tem caído por razões similares às do minério de ferro. E qualquer acordo enfrentaria um exame extremamente minucioso de autoridades antitruste no Reino Unido e Austrália, onde a Rio Tinto tem sua sede.

Um dos principais problemas da Glencore para fazer negócio com a Rio Tinto é seu pesado endividamento. A Glencore acumulava uma dívida líquida de US\$ 30,5 bilhões no fim de 2014, ante uma dívida de US\$ 12,5 bilhões da Rio Tinto. Isso deixa o índice de alavancagem da Glencore — dívida líquida dividida pela soma da dívida e do patrimônio total — em cerca de 40%, quase duas vezes a alavancagem da Rio Tinto.

Isso pode limitar o volume de endividamento novo que a Glencore pode assumir para financiar uma oferta pela Rio Tinto. Mais dívida também pode ameaçar sua classificação de risco, pressionando seu braço de trading, que depende de alavancagem para abastecer suas operações.

Uma vantagem para a Glencore está na recuperação dos preços do cobre, que poderia ajudar a elevar o preço de suas ações. Gait, da Sanford C. Bernstein, espera que o cobre e outros fatores ajudem a dobrar o atual preço das ações da Glencore.

Talvez o principal enigma seja a China. A Chinalco, ACH +1.68% empresa estatal de alumínio da China, é a principal acionista da Rio Tinto. Ela viu o valor de sua participação de 9,8% na empresa ser reduzido pela metade desde que fez o investimento em 2008. A Rio Tinto rejeitou uma oferta da Chinalco para dobrar sua participação em 2009, o que daria à estatal um assento no conselho da mineradora.

Esses fatores criaram tensões com a Chinalco, potencialmente deixando Pequim aberta a uma nova liderança executiva na Rio Tinto, diz Michael Komesaroff, analista da China e de tendências no setor de recursos naturais.

Uma pessoa que atendeu o telefone no escritório da Chinalco em Pequim disse que ninguém estava disponível para comentar o assunto.

Na sua fusão com a Xstrata em 2013, a Glencore provou que é boa na negociação com os chineses, conseguindo a aprovação de Pequim para o negócio em parte por concordar em vender seu projeto de cobre Las Bambas, no Peru, para um consórcio chinês.

A China, o maior consumidor de cobre do mundo, não deve ter perdido seu apetite por minas de cobre, dizem analistas. Uma opção para a Glencore seria oferecer a venda de uma das valiosas minas de cobre da Rio Tinto, assim como sua fatia de 30% da mina de Escondida, no Chile. "Se os chineses querem fazer isso acontecer, é mais que provável que aconteça", diz Komesaroff.

Ipea prevê investimento de R\$ 30 bilhões em transportes em 2015

08/04/2015 - Fonte: Exame

Os investimentos no setor de transportes devem ficar em R\$ 30,27 bilhões em 2015, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O montante já leva em conta que haverá uma restrição nos investimentos públicos, com uma redução para cerca de R\$ 11 bilhões, ante os R\$ 14 bilhões aplicados anualmente.

Por outro lado, o setor privado deve ampliar seus dispêndios, somando R\$ 18,7 bilhões, sendo R\$ 5,17 bilhões referentes aos projetos do Programa de Investimento em Logística (PIL) e outros R\$ 13,5 bilhões em outros projetos.

Em apresentação durante a abertura de evento de logística que se realiza esta semana em São Paulo, Carlos Campos Neto, do Ipea, não citou os problemas pelo qual passam diversas construtoras que assumiram parte dos investimentos no setor e que podem levar a atrasos no cronograma, conforme estimam especialistas do setor e agentes do mercado.

Na avaliação do Ipea, o aumento dos gastos privados previsto para este ano fará com que o setor de Transportes siga a receber investimentos da ordem de R\$ 30 bilhões neste ano, o que corresponde a 0,55% do PIB - em linha com os R\$ 28 bilhões a R\$ 30 bilhões, ou 0,60% do PIB que vem sendo aplicados anualmente entre 2010 e 2014.

Campos Neto destacou que o volume de investimentos de 0,6% do PIB são insuficientes frente às necessidades do País. De acordo com ele, outros países emergentes, comparáveis, como Rússia, Índia, China, Colômbia, dentre outros, investem, em média, 3,4% de seus PIBs em transportes.

"Apesar do esforço no último período, estamos distantes de qualquer valor razoável de investimento na infraestrutura de transporte. Precisamos multiplicar por quatro o investimento no setor", disse.

A situação não deve mudar para 2016 de maneira significativa, na avaliação do Ipea, que estima um leve aumento nos investimentos, para R\$ 31,89 bilhões. "As dificuldades fiscais acentuadas devem manter o investimento público limitado", explicou Campos Neto.

O Ipea não considera qualquer novo investimento no PIL em ferrovias. "O marco regulatório do modal é complicado e não deve se resolver entre 2015 e 2016 a ponto de ter novo investimento", justificou.

Indústria de máquinas agrícolas pede a redução de juros e impostos

08/04/2015 - Fonte: Canal Rural

Representantes de 46 entidades ligadas à indústria de transformação e sindicatos se reuniram nesta segunda, 6, em São Paulo, para discutir a atual situação do setor de

máquinas agrícolas. A principal motivação e reclamação de dirigentes e centrais sindicais é a perda de participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que teria caído de 35% na década de 80 para nove por cento no ano passado.

– Não dá mais para esse governo deixar o setor produtivo do jeito que está. A perspectiva é de que sejam fechados novos postos de trabalho se continuar desse jeito. – indaga o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas.

Caterpillar_trator

Nos últimos meses, o setor vem registrando quedas nas vendas. Durante o encontro foi lançado um manifesto pedindo a redução de impostos e taxas de juros, o que dificulta, por exemplo, a compra de máquinas para a produção rural brasileira.

Uma das principais queixas do setor agrícola é o aumento dos juros da linha de financiamento do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) antes do fim da safra. A decisão foi do Conselho Monetário Nacional, que elevou para três pontos percentuais, de 4,5% para 7,5% ao ano.

Esse valor é para empresas e produtores com renda de até R\$ 90 milhões. Acima desse valor, o financiamento subiu de 6% para 9%. A decisão está valendo desde o início deste mês. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, a Abimaq, essa mudança pode representar uma queda ainda maior nas vendas em 2015.

– Não dá para mudar as regras no meio do jogo, faltando menos de quatro meses para o fim da safra. A produção industrial vem de seguidas quedas e esse setor é estratégico na economia brasileira. Temos de fazer alguma coisa para mudar essa realidade – enfatizou o presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza.

Aneel aprova reajustes de até 32% em tarifas de energia em seis Estados

08/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta terça-feira (7) o reajuste das tarifas de quatro distribuidoras de energia e a correção nos valores cobrados por outras sete empresas.

Juntas, elas atendem a pouco mais de 17 milhões de unidades consumidoras –entre residências, indústrias e pontos comerciais– nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio de Janeiro.

Desta lista, o maior aumento para residências ficou em 31,66%, no caso da Ampla (RJ), e o menor acabou sendo uma redução de 2,22% frente a tarifa praticada em 2014, caso dos clientes da Energisa Mato Grosso.

Durante a reunião da diretoria foram aplicados os reajustes ordinários da Cemat (MT), Cemig (MG), CPFL Paulista (SP) e Enersul (MS). Esse processo é feito anualmente pela agência e está previsto em calendário fixado pela agência. Ele leva em consideração, por exemplo, o efeito da inflação no período.

Já as demais empresas analisadas, como a Ampla (RJ), a Energisa Borborema (PB), e outras cinco empresas do grupo CPFL, que atuam no interior paulista, a correção anual das tarifas já havia sido feita nos meses de fevereiro ou março.

Entretanto, ao fazer os cálculos para a correção das tarifas dessas empresas, a Aneel ainda considerava que o empréstimo tomado em 2014 pelas distribuidoras de todo Brasil teria de ser pago em dois anos.

Apenas na semana passada, no último dia 31, a agência aprovou o valor final desse contrato de financiamento, considerando juros e garantia bancária, autorizando ainda o pagamento do acordo ao longo de quatro anos e meio, conforme tratado com os bancos em um arranjo que ficou em R\$ 37,4 bilhões.

O alongamento do prazo de pagamento do empréstimo acabou por reduzir o tamanho da parcela anual que será paga pelos consumidores. Por isso, as tarifas ordinárias que haviam sido aprovadas tiveram de ser revistas, uma forma a repassar o ganho obtido por meio dessa negociação bancária.

MINAS GERAIS

No reajuste ordinário anual aprovado para a energia para a Cemig, companhia que atende 8 milhões de unidades consumidoras em 805 municípios de Minas Gerais, está garantido aumento das tarifas em 5,93% para residências e de 8,12% para as indústrias. Os novos valores serão aplicados a partir desta quarta-feira (8).

MATO GROSSO

Já os consumidores residenciais da Energisa Mato Grosso terão uma redução na conta de luz de 2,22%. A indústria, por sua vez, terá um aumento de 3,42%.

A empresa atende 1,2 milhão de unidades consumidoras localizadas em 141 municípios de Mato Grosso. Para todos eles as novas tarifas também valem a partir desta quarta-feira (8).

MATO GROSSO DO SUL

Para a Energisa Mato Grosso do Sul, a Aneel autorizou reajuste de 2,74% na tarifa das residências e de 3,64% para indústrias.

Os novos valores serão aplicados a partir de amanhã (8) para 942 mil unidades consumidoras atendidas pela distribuidora em 73 municípios do Estado.

SÃO PAULO

A diretoria da Aneel aprovou também o reajuste ordinário anual da CPFL Paulista, com um aumento de 4,13% para residências e 5,29% para indústria. Os novos valores serão aplicados a partir de amanhã (8) para as 4,095 milhões de unidades consumidoras de 234 municípios de São Paulo.

Outras cinco empresas do grupo passaram por atualização das tarifas para corrigir o reajuste aplicado em fevereiro.

A CPFL Jaguari, por exemplo, que atende 38,4 mil unidades consumidoras no interior paulista, terá de desconsiderar o aumento que havia sido aprovado de 18,79% para as residências e de 25,01% das indústrias.

Para essa empresa e seus consumidores passa a valer um aumento significativamente menor, de 13,25% para residências e de 18,48% para indústrias.

A CPFL Mococa, que atende 45 mil unidades consumidoras, perdeu o direito ao reajuste de 13,97% para residências e o de 23,84% para indústria.

Frente a tarifa cobrada em 2014, o aumento agora será de 9,48% e de 18,22%, respectivamente.

No caso da CPFL Leste Paulista, que atende 55 mil unidades consumidoras também no interior do Estado, cai o reajuste de 17,55% das residências e o de 24,74% da indústria. Passa a vigorar 12,39% de incremento sobre tarifas vigentes em 2014 para residências e de 20,06% para indústria.

A CPFL Santa Cruz, que atende cerca de 190 mil unidades consumidoras, também não terá mais o aumento de 9,78% e 10,53% para residências e indústrias. Clientes da empresa agora observarão 4,86% maiores frentes as de 2014, no caso das residências, e de 5,70% nas indústrias.

Já a CPFL Sul Paulista agora terá tarifas 9,09% superiores para residências, em comparação com o ano passado, e 32,42% maiores no caso da indústria. Anteriormente, o reajuste aprovado para essa distribuidora havia sido de 13,86% para residências e de 37,67% para a indústria. A empresa atende a 80 mil unidades consumidoras.

PARAÍBA

A CPFL Borborema, que atua na Paraíba, com atendimento estimado em 166 mil unidades consumidoras, terá de substituir o aumento aprovado anteriormente, de 5,03% para residências e de 6,89% da indústria. As correções agora serão de 0,53% e 0,74%, respectivamente.

RIO DE JANEIRO

A Ampla, que faz o atendimento para 2,5 milhões de unidades consumidores no Rio de Janeiro, terá também de corrigir o aumento aplicado anteriormente.

A empresa substituirá o reajuste de 36,41% que havia sido aplicado em março para residências por um menor, de 31,66%, frente ao valor praticado em 2014.

No caso da indústria, deixa de valer o aumento de 56,15% e passa a valer o aumento de 51,09%.

Todas as empresas que haviam aplicado –mediante aprovação anterior da Aneel– tarifas mais elevadas que as agora vigentes terão de reembolsar o consumidor no próximo ano. Essa diferença entrará como desconto na fórmula que reúne os componentes para reajuste ordinário das tarifas.

Dólar cai e chega a R\$ 3,07 após dado de inflação superior a 8% em 12 meses

08/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O dólar cai nesta quarta-feira (8), e chegou a R\$ 3,07 no início dos negócios –tanto na cotação comercial, usada no comércio exterior, quanto na à vista, referência no mercado financeiro–, após a divulgação de que a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, foi de 8,13% nos 12 meses terminados em março.

Essa variação do IPCA é a mais alta em 12 meses desde o período encerrado em dezembro de 2003 (9,30%), quando o país ainda sofria os efeitos da crise decorrente das eleições presidenciais do ano anterior, que mexeu com a confiança e fez o câmbio disparar.

Às 10h55, o dólar à vista caía 1,51% para R\$ 3,07, e o comercial tinha desvalorização de 2,10%, também para R\$ 3,07. O Ibovespa, principal índice do mercado acionário brasileiro, subia 1,23%, aos 54.391 pontos.

A inflação preocupante tem levado analistas de mercado a aumentar a projeção de aumento do juro básico do país (a taxa Selic), atualmente em 12,75% ao ano.

Os juros em alta são um atrativo para investimentos estrangeiros no mercado financeiro do Brasil, pois a remuneração dos títulos de renda fixa, que acompanha a taxa, tende a subir.

Essa atratividade é ainda maior considerando os sinais de que o juro dos EUA deve permanecer baixo –atualmente, está próximo de zero– nos próximos meses, uma vez que a economia americana se recupera em ritmo menor que o esperado.

Na última sexta-feira, a geração de empregos nos Estados Unidos ficou abaixo do resultado que se previa em março, surpreendendo o mercado.

Juros mais baixos nos EUA significam permanência de investimentos estrangeiros por mais tempo em mercados emergentes, como o Brasil, que oferecem remuneração mais alta.

Diante da perspectiva de maior entrada de dólares no mercado brasileiro, o preço da moeda americana cai em relação ao real.

"Há uma entrada de investidores tanto para aproveitar preços baixos de ações na Bolsa quanto os juros na renda fixa. A desvalorização forte que o real sofreu acabou aumentando o apetite do investidor estrangeiro nesse momento em que a percepção é a de que o Fed (banco central americano) demore mais para começar a subir os juros nos EUA", afirma Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Banco Mizuho do Brasil.

Nesta quarta-feira, o Fed divulgará a ata da última reunião do comitê de política monetário do banco central americano. A expectativa é que haja sinalização de que não deve ocorrer alta de juros neste semestre, com um tom mais conservador da autoridade monetária sobre a recuperação da economia americana, diz Rostagno.

BOLSA

As ações da Vale, de bancos e da Petrobras ajudam a impulsionar o Ibovespa. Às 11h01, os papéis preferenciais da Petrobras –mais negociados e sem direito a voto– subiam 2,47%, para R\$ 11,16. As ações ordinárias, com direito a voto, avançavam 2,03%, para R\$ 11,05, no mesmo horário.

Às 11h02, as ações preferenciais da Vale subiam 1,49%, para R\$ 16,30, enquanto as ordinárias tinham valorização de 1,31%, para R\$ 19,25, no mesmo horário.

Às 11h03, os papéis do Itaú Unibanco subiam 1,36%, para R\$ 37,83, e no mesmo horário as ações do Bradesco tinham valorização de 0,83%, para R\$ 31,50.

Pesquisa revela extensão da crise na indústria automobilística

08/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Os participantes do **VI Fórum da Indústria Automobilística**, realizado na segunda-feira, 6 de abril, no Golden Hall do WTC, em São Paulo, demonstraram opinião contrária à do ministro Armando Monteiro, do MDIC, que recentemente garantiu não haver crise no setor automotivo.

"É algo que passa longe", disse ele. Para 62,3% da plateia do evento, no entanto, o setor vive uma crise intensa, como apontou uma pesquisa eletrônica em tempo real. Outros 36,8% opinaram que a crise existe, mas é moderada. E apenas 0,9% responderam que não há crise.

Somente 5,6% do auditório disseram que a retomada dos negócios ocorrerá a partir do segundo semestre, enquanto 38,3% acreditaram que o cenário vai melhorar em 2016 e outros 45,6% apostaram em um avanço apenas em 2017. Para 10,6%, a retomada chegará depois de 2017.

A pesquisa revelou que a desvalorização do real foi desfavorável para as empresas de 62% dos participantes do fórum, contra 24,6% que admitiram efeito favorável e 13,4% que afirmaram que a variação cambial não trouxe efeitos positivos ou negativos. Para 76,2% dos presentes, a inflação de 2015 ficará entre 6% e 9%, enquanto outros 20,8% acreditam que a variação estará acima de 9%.

Na questão sobre o volume de vendas de veículos em 2015, a maioria da plateia (54,2%) apostou em um patamar entre 2,8 e 3,0 milhões de unidades; outros 38,6% disseram que serão comercializados menos de 2,8 milhões de unidades e 6,9% que as vendas vão superar 3 milhões de unidades.

No que diz respeito ao segmento de autopeças, a pesquisa revelou que o excesso de tributos na cadeia de produção é o principal problema enfrentado. Vieram a seguir as margens reduzidas nos fornecimentos (20,6%), custos crescentes de mão de obra (10,9%), preço elevado dos insumos (8,9%) e dificuldade de acesso a inovação e tecnologia (8,6%).

No entender de 49,8% da plateia, a ociosidade nas fábricas ficará delimitada entre 20% e 40%; disseram que o índice estará acima de 40% outros 29,8% e que será inferior a 20% um contingente de 20,4%.

O setor de autopeças tem fôlego mas não vai investir, segundo 44,9% dos participantes do fórum. "As empresas só fazem aportes quando têm segurança de receber encomendas", ponderou Paulo Butori, presidente do Sindipeças, que participou do fórum. Outros 27,4% responderam que o setor tem fôlego para níveis mais elevados de produção e 27,7% apontaram que o setor não tem fôlego e não investirá.

O VI Fórum da Indústria Automobilística registrou cerca de 900 participantes.

Exportação de veículos cresce em volume, mas cai em valor

08/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Com mercado interno e produção em queda, as exportações de veículos foram o único alento para a indústria no primeiro trimestre de 2015. De janeiro a março as vendas internacionais somaram 79,3 mil unidades, com alta de 6,3% na comparação com igual intervalo de 2014. Os dados foram divulgados pela Anfavea, associação que representa os fabricantes do setor, na terça-feira, 7.

Apesar do crescimento em volume, em valor o resultado é menor do que o registrado há um ano. Com faturamento de US\$ 2,40 bilhões com exportações, as receitas caíram 16,8% no primeiro trimestre do ano. A diferença reflete uma mudança no mix de produtos brasileiros vendidos em outros mercados. "Houve redução dos negócios na área de caminhões, que é um veículo mais caro", aponta Luiz Moan, presidente da Anfavea.

Em março as exportações somaram US\$ 908,1 milhões, com evolução de 8,2% sobre fevereiro e queda de 6,7% na comparação com o resultado de um ano atrás. Em volume as vendas internacionais alcançaram 32 mil unidades. O número é 2,4% superior na comparação mensal e 36,8% maior na anual.

A Anfavea divulgou novas projeções para mercado e produção este ano, mas preferiu não revisar a expectativa para as exportações. "Ainda não temos o cenário para refazer a projeção. Acabamos de assinar o novo acordo com o México e estamos em negociação com a Argentina", lembra Moan, citando dois mercados importantes para a indústria brasileira. Ele enfatiza que a tendência é de crescimento, já que podem sair ainda parcerias com a Colômbia e com outros países da América Latina.

Enquanto não define novos números para 2015 a Anfavea sustenta a expectativa de que as exportações cresçam 1% na comparação com 2014 e cheguem a 337,6 mil unidades.

Decisão contra empresas também pode ser revista

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) envolvendo autuações de altos valores sobre o Bradesco e a Gerdau poderão ser revistas em virtude das apurações na Operação Zelotes de supostos crimes nos julgamentos desses casos.

No caso do Bradesco, a própria instituição poderá pedir a anulação da decisão do Carf, que lhe custou R\$ 1,5 bilhão. O banco foi derrotado num julgamento sobre ágio, em 2013.

De acordo com as investigações, o Bradesco teria sido procurado por integrantes de uma suposta quadrilha oferecendo facilidades na condução do caso. O banco não teria aceitado fazer os pagamentos aos "facilitadores" e a resposta foi imediata, segundo fontes ligadas às apurações. A instituição foi condenado por seis votos a zero. A pena foi aplicada numa tese bastante controversa em julgamentos do Carf: a cobrança de multa por ágio.

Muitos casos de ágio ocorreram a partir de reorganizações societárias de empresas e bancos. Neles, uma empresa adquire outra por preço maior do que o de mercado e, depois, pede a amortização do prejuízo no IR.

No caso da Gerdau, os investigadores obtiveram informações de que pelo menos um conselheiro teria negociado o seu voto para livrar a empresa de uma autuação de R\$ 800 milhões. Com base nesses fatos, o Ministério da Fazenda poderá pedir a anulação do julgamento na Justiça realizado em abril de 2012. Se o pedido for aceito, a autuação será rediscutida.

A Operação Zelotes foi desencadeada a partir de denúncia anônima de que um conselheiro que foi indicado pelo Fisco e votou a favor da Gerdau naquele caso de modo a criar um precedente para outras companhias. A autuação contra a Gerdau também envolveu a tese do ágio que se repete em outros processos de grandes valores. Em alguns desses casos, as autuações superaram R\$ 1 bilhão.

Os investigadores obtiveram cópias de mensagens entre conselheiros nas quais pelo menos um voto daquele julgamento teria sido combinado. Mas eles ainda estão analisando se a documentação seria suficiente para implicar funcionários da Gerdau e a própria empresa no caso.

Segundo integrantes da Zelotes, um dos objetivos da quadrilha era o de mostrar controle dos julgamentos de casos de grandes quantias. A operação identificou pelo menos dois grupos que atuavam nesse sentido: um em São Paulo e outro em Brasília. Em alguns casos, os "facilitadores" avisaram funcionários de bancos e empresas com processos no Carf como ocorreria o julgamento se os seus serviços não fossem contratados.

Num desses processos em que a empresa envolvida não aceitou negociar, membros da quadrilha alertaram que haveria um pedido de vista de modo a interromper o julgamento, o que daria tempo para que a companhia refletisse a cerca da contratação dos serviços dos facilitadores. Assim que o caso começou a ser julgado, o pedido de vista foi feito.

Em nota, o Bradesco informou que "possui estrutura própria suportada por escritórios contratados para atuar em sua defesa no âmbito judicial e administrativo, únicos autorizados a representa-lo". Em relação ao processo sobre o ágio, o Bradesco teve o pleito negado pelo placar de seis a zero e o processo segue em recurso.

A Gerdau, também em nota, afirma que " até o momento, não foi contatada por nenhuma autoridade pública a respeito da Operação Zelotes". A empresa diz ainda que "sempre fez uso de escritórios externos", mas que "nenhuma importância foi paga, adiantada, ou repassada aos referidos escritórios", porque "os processos no Carf ainda estão em tramitação".

Especialistas criticam mudanças em regras trabalhistas por meio de medidas provisória

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Expositores dizem que governo federal errou ao optar por medida provisória em vez de projeto de lei para mudar as regras sobre a concessão de pensão por morte. O debate aconteceu nesta terça-feira (7) na comissão mista de deputados e senadores que analisa a MP 664/14.

Segundo os especialistas presentes, a medida adotada pela presidente Dilma Rousseff restringiu o diálogo nas Casas legislativas, já que o instrumento da medida provisória, que possui força de lei, produz efeitos imediatos, mesmo antes de sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Falta diálogo

"O governo federal errou em três dimensões: falta de diálogo; por optar pela medida provisória em vez de um projeto de lei; e, por fim, pelo conteúdo da matéria", disse o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz. "São medidas excessivas que traem, inclusive, as bases trabalhistas que sempre sustentaram o governo da presidente Dilma", afirmou Augusto de Queiroz.

Para o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o governo não respeitou os trabalhadores e nem o Congresso, já que não houve diálogo. "Irei trabalhar, incansavelmente, para derrubar essa matéria", afirmou Faria de Sá, que disse ainda que a "vaca não só tossiu como também foi para o brejo", fazendo referência à fala da presidente Dilma, que em campanha convocou uma mobilização nacional "nem que a vaca tussa", pelos direitos dos trabalhadores.

Corrigir distorções

Já o senador Donizeti Nogueira (PT-TO) acredita que a medida vem corrigir distorções. "Sou da base do governo e não vejo que a presidente entrou em contradição. Ela disse que iria corrigir as distorções e está fazendo. São ajustes necessários". "Não pactuo com a ideia de que a vaca tossiu e foi para o brejo".

O deputado Carlos Marun (PMDB-MS) disse que ainda não tem uma posição consolidada diante da proposta, mas observou: "No grande momento do programa Minha Casa Minha

Vida não se encontrava pedreiro para tocar o programa, mas encontrava-se pelo interior do País milhares de pessoas gozando o seguro desemprego”.

De acordo com o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz, medidas que melhorem a gestão e qualidade da previdência são bem vindas. “Especificamente em relação à previdência, essas medidas devem fazer sentido em relação à estratégia geral do Estado”, disse Ganz.

Governo foi corajoso

Para o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Caetano, a medida adotada pelo governo foi corajosa, mas disse que “não se simpatiza com a ideia da forma como foi adotada”.

“Fica claro que a medida faz parte do ajuste fiscal, mas o impacto de algumas propostas só será sentido em 2018, como, por exemplo, a pensão por morte. Por isso, considero que essa e outras medidas foram corajosas”, ressaltou Caetano.

Marcelo Caetano observou ainda que o sistema brasileiro de pensões proporciona benefícios maiores que países com a relação Produto Interno Bruto (PIB) per capita três vezes superiores a do Brasil. “Na Alemanha – disse – se uma pessoa fica viúva até os 45 anos terá direito a dois anos de pensão. Na Suécia, se uma pessoa jovem fica viúva ela terá pensão por um período que lhe permita se inserir no mercado de trabalho. Aqui é vitalícia. E para se ter este direito, o tempo mínimo de contribuição é de 5 anos”.

Pelas suas contas, mesmo que o Governo consiga aprovar as modificações propostas, seus efeitos financeiros para a Previdência só começarão a apresentar resultados em 2018. O deputado Betinho (PSDB PE) assinalou: “Então por que esta pressa da medida provisória?”

Entenda as mudanças

Conforme a MP 664/14, desde março, o benefício pensão por morte só será concedido ao cônjuge que comprove, no mínimo, dois anos de casamento ou união estável. Antes não havia exigência de período mínimo de relacionamento.

A MP também altera regras do auxílio-doença. Entre outras mudanças, o texto estabelece que os primeiros 30 dias de licença médica serão pagos pelo empregador, em vez dos 15 dias até então em vigor.

Debate sobre previdência

A Câmara dos Deputados realiza nesta quarta-feira (8), às 9h30, uma sessão especial de debates (conhecida como comissão geral) para discutir a previdência social. O debate contará com a presença do ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas.

Curitiba registra a 3ª maior inflação do país em março

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Curitiba e Região Metropolitana encerraram o mês de março com a 3ª maior inflação do país, de acordo com os dados divulgados nesta quarta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da capital avançou a 1,69%, ficando atrás apenas de Porto Alegre (1,81%) e Campo Grande (1,79%), todos acima da média nacional (1,32%).

Nos três primeiros meses do ano, o IPCA de Curitiba acumula alta de 4,07%. Já nos últimos 12 meses, a inflação da capital ficou em 8,66%. Em todas as bases de comparação, o índice oficial de preços de Curitiba ficou acima da média nacional.

O índice elevado do IPCA consolidado de março era, de certa forma, esperado, depois que Curitiba registrou a maior alta da prévia da inflação do país, que equivale aos 15 primeiros dias do mês, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15). O índice de variação de março na RMC foi de 1,72% e ficou 0,63% acima da taxa de fevereiro de 1,09%.

Em março, a maior pressão veio do Grupo Habitação, que registrou alta de 7,44% em março. O desempenho negativo foi puxado principalmente pelo reajuste extraordinário da tarifa de energia elétrica residencial aplicado no mês, cujo impacto para os consumidores de Curitiba e região foi de 32,7%.

O segundo grupo com maior aumento de preços foi Alimentação e Bebidas - 1,75%. Vestuário registrou alta de 0,70%, seguido por Saúde e Cuidados Pessoais (0,68%), Despesas Pessoais (0,68%) e Educação (0,45%). Os grupos de Comunicação e Transportes tiveram retração de 1,28% e 0,28% respectivamente.

Indústria cresceu em apenas quatro Estados no bimestre.

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O cenário revelado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da produção industrial regional mostra que as perdas do setor no primeiro bimestre deste ano foram generalizadas, atingindo 11 dos 15 Estados pesquisados, e que há uma intensificação das perdas de produção da indústria em relação ao fim de 2014.

Nos dois primeiros meses de 2015, a queda chegou a 7,1% no país, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgada pelo IBGE. O resultado mostra que o recuo da atividade do setor está mais forte e sinaliza um primeiro trimestre fraco, já que nos últimos três meses de 2014 a queda havia sido de 4,2%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

No primeiro bimestre, sete Estados registraram queda de produção maior que a média nacional:

São Paulo (-7%), Paraná (-13,2%) e Rio Grande do Sul (-12,2%) foram os principais impactos negativos. "O movimento de queda atinge a indústria brasileira como um todo. Há uma questão relacionada com a conjuntura de endividamento das famílias, ajuste fiscal e questões de competitividade em função do câmbio", disse o superintendente adjunto de ciclos econômicos da Fundação Getulio Vargas (FGV), Aloisio Campello.

Entre janeiro e fevereiro, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais acumulam perdas na produção muito próximas à média brasileira. Na avaliação da consultoria Tendências, a região Sudeste deve ser a mais prejudicada pelo aumento do custo da energia elétrica, desvalorização cambial e os impactos da Operação Lava-Jato, além da perda de confiança.

"A Operação Lava-Jato vai afetar muito a construção civil e o mercado imobiliário, deve ter um impacto muito forte nos investimentos, e por conta disso a construção civil deve ser muito afetada", afirmou Camila Saito, da Tendências.

O Rio, sede da Petrobras, parece ser o mais afetado pela investigação. Enquanto a queda na produção de materiais não-metálicos no Brasil é de 7,2%, no Rio a perda chega a

17,4%. A diferença na produção de máquinas e equipamentos é ainda maior: na média do país o tombo é de 9,9%, já o Rio soma 29% de queda.

"Isso é uma sinalização de que a indústria do Rio está sendo impactada", completou a economista da consultoria. A indústria extrativa, porém, vem se destaca no acumulado do ano, evita queda maior do Rio - e da média brasileira - além de puxar as altas nos Estados do Espírito Santo (21,7%) e Pará (8,2%).

A produção industrial em São Paulo recuou 8,5%, na comparação com fevereiro do ano passado, chegando ao 12º índice negativo seguido nesse tipo de comparação, conforme o IBGE. É a maior queda desde novembro do ano passado, quando recuou 10,4%, no confronto com o mesmo mês do ano anterior.

A indústria paulista não apresentava 12 resultados negativos consecutivos desde o auge da crise, quando o setor mostrou perdas de novembro de 2008 a outubro de 2009. "A trajetória descendente dá um caráter pessimista ao setor industrial de São Paulo", afirmou Rodrigo Lobo, do IBGE.

"Há uma generalização de menor produção." Em fevereiro, a indústria paulista cresceu 0,3%. Para o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rogério César de Souza, poderia ser um alento, mas não recupera as perdas acumuladas. Ele aponta dois fatores: o período de férias coletivas e o ajuste de estoques das fábricas. "É um jogo de tentativa e erro, ao longo do qual a produção oscila intensamente".

Como dólar mais caro, diz Aloisio Campello, da FGV, "o setor ainda não conseguiu aproveitar o momento favorável para exportações. A desaceleração interna está suplantando o efeito ligeiramente favorável do câmbio". A alta da moeda americana beneficiaria a indústria, porque encarece as importações e torna mais baratas as exportações. "Isso, na verdade, tende a favorecer a indústria nacional.

Agora, quanto tempo leva para o fator cambial bater na produção? Não é possível dizer que é tão rápido assim", analisou a economista Camila Saito. "Os efeitos do câmbio ainda não aparecem", completou o chefe do Iedi, Rogério de Souza.

Para Fiesp, o principal é que tributo não suba

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A medida proposta pelo governo divide a opinião de especialistas, sindicalistas e empresários. Paulo Skaf, presidente da Fiesp, diz ser favorável à proposta de que a tomadora de serviços possa reter uma parte do valor do contrato para pagar impostos e encargos trabalhistas, desde que não implique alta de qualquer tributo.

Para o advogado trabalhista Luis Carlos Moro, a proposta do governo é uma "confissão" de que a terceirização pode lesar o trabalhador. "Pode sonegar direitos, rebaixar salários do terceirizado, desde que o tributo se mantenha?"

Para Nelson Lacerda, advogado especializado em direito empresarial, a proposta do ministro Joaquim Levy "mantém os direitos do trabalhador".

A CUT é contra o projeto e defende igualdade de direitos entre terceirizados e efetivos -- seguro-saúde, tíquete-refeição etc. Miguel Torres, presidente da Força Sindical, diz que a central, a UGT, a Nova Central e a CSB apoiam a proposta.

Indicadores da FGV que avaliam tendência do mercado de trabalho pioram em março

08/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Dois indicadores calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para verificar tendências do mercado de trabalho brasileiro apresentaram piora de fevereiro para março. O Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), que avalia a opinião dos consumidores sobre a situação atual do mercado de trabalho, piorou 6,9%.

O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), que busca antecipar o comportamento do mercado de trabalho, com base em pesquisas junto a consumidores e a empresários da indústria e dos serviços, teve queda de 8,6%. Com o resultado, o indicador atingiu o pior patamar desde a crise econômica internacional de 2008.

A piora do Indicador Antecedente de Emprego foi puxado principalmente pela piora na satisfação dos empresários de serviços em relação à situação atual de seus negócios, componente que recuou 13% em relação à pesquisa de fevereiro.